

Justiça mantém sem-terra presos com base na lei antiterrorismo

Um dos quatro membros presos faz parte do MST há 30 anos e está em núcleo de custódia de segurança máxima desde maio; grupo ocupa usina em Santa Helena de Goiás

prender quatro militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Um deles, José Valdir Misnerovitz, que atua no movimento há 30 anos, está preso no Núcleo de Custódia de Segurança Máxima de Aparecida de Goiânia. Sua prisão ocorreu em maio, mas atualmente o movimento tem reforçado seu repúdio contra a “criminalização” de suas lideranças e pede revogação das ordens de prisão.

As prisões estão inseridas no contexto de ocupação da Usina Santa Helena, uma propriedade de 22 mil hectares, no município de Santa Helena de Goiás, por cerca de mil famílias sem-terra ocorrida no domingo passado. É uma das maiores ações do MST neste ano no País. O movimento cobra o assentamento de 6.500 famílias na área.

É a primeira vez que a Justiça aceita denúncia do Ministério Público contra lideranças sociais com base na lei de 2013 sobre organizações criminosas, especialmente no artigo 2.º, que contou com a redação da Lei 13.260, a lei antiterrorismo, que começou a vigorar dias antes da prisão dos sem-terra.

O uso da norma para prender os militantes do MST preocupa lideranças em Goiás. “A luta pela terra está sofrendo um novo estágio de criminalização, que passa pelos confrontos e atinge a judicialização”, afirma Luiz Zarref, da coordenação nacional do movimento. “A questão da terra não pode ser colocada como algo criminoso, especialmente quando se está diante de um dos grandes devedores da União”, disse, referindo à situação da Usina Santa Helena, que está em processo de recuperação judicial e com dívidas.

Histórico. As terras da Santa Helena, uma usina de álcool aberta nos anos 1970, são disputadas por famílias de pequenos agricultores desde a crise que atingiu a empresa, há três anos. Uma parte da propriedade foi arrendada para plantadores de soja. Em 23 de agosto do ano passado, os sem-terra ocuparam pela primeira vez a propriedade. Autoridades fazendárias chegaram a iniciar um acordo para repassar 5.500 hectares para a reforma agrária, com a redução da dívida da empresa. A Justiça, no entanto, suspendeu o processo, argumentando que os trabalhadores da usina, com direitos a receber, deveriam ter prioridade.

No dia 12 de abril, os sem-terra foram surpreendidos com a decisão da Justiça de prender as quatro lideranças, especialmente José Valdir Misnerovitz que integrava o comitê montado pelo governo goiano de gerenciamento de crise no campo. Ele era um dos responsáveis em negociações para evitar confrontos e violência em reintegrações de posse e despejos.

Nos argumentos da denúncia os promotores Julianna Giovanni Gonçalves e Sérgio Luis Serafim citam atos de violência praticados por Diessyka Lorena Santana Soares, Luis Batista Borges e Natalino de Jesus no município de Santa Helena. Não há referências, porém, a possíveis atos de Misnerovitz na região. Os promotores dizem que o sem-terra constitui e integra uma organização criminosa.

Organização criminosa. A decisão de prender os sem-terra foi tomada por uma comissão formada pelos juízes Thiago Brandão Boghi, Rui Carlos de Faria e Vitor Umbelino Soares Junior. Por meio da assessoria do Tribunal de Justiça de Goiás, a juíza Aline Freitas da Silva, que responde temporariamente pelo caso, ressaltou que a

Seventeen days of protests that minimized

Marco Feliciano

Patrícia Lélis, que acusa deputado de tentativa de estupro, falou com a imprensa em Brasília; defesa de parlamentar não comenta caso

denúncia de tentativa de estupro, assédio sexual e agressão contra o deputado Marco Feliciano (PSC-SP). "Eu sei que não é um caso fácil e que estou brigando com um homem que é dono de igrejas, que tem foro privilegiado e que possui muitos seguidores, mas a Justiça vai prevalecer", declarou. Ela classificou a acusação de Feliciano de que ela estaria fazendo uma "comunicação falsa de crime" como "absurda" e disse que possui provas que incriminam o pastor. "Como eu estava sofrendo ameaças reuni todas as provas que eu consegui", continuou. A jovem pediu a ajuda da imprensa para evitar que Feliciano "destrua" evidências importantes.

Ela contou que foi ao apartamento funcional do deputado na manhã do dia 15 de junho após receber um convite para uma reunião que discutiria a CPI da UNE. Ela acreditava que outros membros do PSC também iriam ao local, porém descobriu por meio de um grupo de conversas online que eles nem sequer foram convidados.

A jovem disse que é possível comprovar que ela esteve no local por meio das câmaras de segurança do prédio, porém acusou o advogado de Feliciano de tentar destruir as imagens. Ao chegar ao apartamento, de acordo com o relato da jovem, Feliciano teria oferecido um trabalho com remuneração de mais de R\$ 15 mil para ela se tornar a sua amante. Ao recusar a proposta e acusar o parlamentar de assediar outras mulheres, ele teria se tornado agressivo. Patrícia afirmou que ele tentou tirar o seu vestido e a agredido, porém não quis entrar em mais detalhes para preservar o segredo de justiça do processo.

Ainda segundo o relato, Feliciano teria sido interrompido por uma mulher idosa, que teria tocado a campainha diversas vezes. Logo após a suposta tentativa de estupro, pela manhã, ela teria se dirigido até o PSC da Câmara com os lábios e as pernas roxas das agressões, porém não contou com o apoio do partido.

Abaixo, o depoimento que Patrícia deu ao Estado na sexta-feira

Na versão dela, o presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo, teria oferecido um "saco de dinheiro", sem especificar o valor, além de ter dito para ela "desaparecer". A jovem disse que aceitou ficar calada e que não procurou a polícia até o caso ser divulgado no blog Coluna da Esplanada, do Uol, na semana passada.

Patrícia afirmou que até aquele dia tinha um relacionamento "muito bom e respeitoso" com o parlamentar e que só tinha ouvido alguns "boatos" de que ele assediava mulheres. "Tenho certeza que não fui a única, mas espero ter sido a última", disse.

Durante a coletiva, ela teve dificuldades para reconstituir o crime e também relatar os momentos em que alega ter sido mantida em cárcere privado pelo assessor do deputado, Talma Bauer, após a divulgação do caso na imprensa. Ele a teria ameaçado de morte com uma arma.

Feliciano teria conversado com Bauer e com ela por telefone para gravar os vídeos, porém sem ameaças. Ele teria pedido para ela não expô-lo por causa das suas filhas. O assessor chegou a ser preso na última sexta-feira, mas acabou sendo liberado na madrugada de sábado por falta de provas. Segundo Patrícia, o assessor a coagiu a gravar vídeos nos quais ela nega ter sofrido a violência por parte do deputado. Em depoimento, o chefe de gabinete negou as acusações.

